

CUIABÁ, 17 DE JUNHO DE 2020

1. NOTÍCIAS – NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19)**CNJ renova Recomendação nº 62 por mais 90 dias e divulga novos dados**

O plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou nesta sexta-feira (12/6) a renovação da Recomendação 62/2020, que traz orientações ao Judiciário para evitar contaminações em massa da Covid-19 no sistema prisional e socioeducativo. O prazo foi ampliado para mais 90 dias pelos conselheiros, já que o contexto que deu origem à normativa não foi ainda superado. De acordo com dados levantados junto aos governos estaduais, houve aumento de 800% nas taxas de contaminação nos presídios desde maio, chegando a mais de 2,2 mil casos nesta semana. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Tecnologia apoia ações do CNJ voltadas à privação de liberdade na pandemia

Com a pandemia do novo coronavírus, o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Conselho Nacional de Justiça (DMF/CNJ) vem apostando na tecnologia para consolidar iniciativas já em andamento e para preparar novas estratégias a fim de evitar contaminações em massa no sistema prisional. Entre abril e maio, foram realizadas 20 atividades de articulação, formação, capacitação e difusão de conhecimento que reuniram cerca de dois mil participantes entre atores do sistema de justiça criminal e equipes locais do programa. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Covid-19: participação social em privação de liberdade foi tema de debate

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) promoveu na última quinta-feira (28/05) um encontro virtual com conselhos da comunidade e associações de egressos prisionais e familiares de pessoas presas para discutir estratégias de participação e controle social em estabelecimentos prisionais no contexto da pandemia do novo coronavírus. Cerca de 140 pessoas das 27 unidades da federação, entre representantes de tribunais, associações, conselhos da comunidade, Ministério Público e Defensorias Públicas, se reuniram para discutir orientações, apresentar demandas e propor formas de participação da sociedade civil nas assistências às pessoas privadas de liberdade e fiscalização das condições de prevenção e tratamento da Covid-19 no sistema prisional. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Revogada portaria conjunta de Moro e Mandetta que liberava uso de força policial na pandemia

Os ministérios da Justiça e Segurança Pública e da Saúde revogaram a portaria conjunta 5/20 que autorizava força policial contra quem descumprisse medidas de prevenção ao coronavírus e considerava a competência da União para editar regras gerais sobre saúde pública. A portaria tinha sido [editada](#) pelos então ministros Sérgio Moro e Luiz Henrique Mandetta em março. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Covid-19: CNJ orienta inspeções em locais de privação de liberdade

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou nesta quinta-feira (21/5) orientações técnicas para a realização de inspeções nos sistemas prisional e socioeducativo pelo Poder Judiciário no contexto da pandemia de Covid-19. As recomendações trazem critérios para seleção dos estabelecimentos e como deve se dar sua preparação, além da periodicidade e procedimentos. A padronização de medidas de monitoramento e fiscalização pelo Judiciário são ainda mais

relevantes devido ao fechamento das unidades de privação de liberdade em todo o país desde meados de março, restringindo fluxo de informações sobre a real situação intramuros. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Confira a orientação sobre inspeções em unidades de privação de liberdade

CNMP promove atuação interinstitucional no combate à corrupção em tempos de pandemia

A Comissão da Saúde do Conselho Nacional do Ministério Público (CES/CNMP) realizou, nesta terça-feira, 19 de maio, uma reunião virtual com a participação de representantes de diferentes instituições brasileiras. O tema principal do encontro foi a discussão sobre proposta de assinatura de termo de cooperação técnica entre o Ministério da Saúde e o CNMP, para o incremento das medidas de combate à corrupção em tempos de Covid-19. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

CNMP se soma ao esforço de distribuição de quase três milhões de máscaras doadas ao sistema prisional

A Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do Conselho Nacional do Ministério Público (CSP/CNMP) vai auxiliar, junto ao Departamento Penitenciário Nacional (Depen), a ação da iniciativa Todos pela Saúde de doar e distribuir quase três milhões de máscaras de pano para o sistema prisional brasileiro. A participação da comissão é fruto de uma parceria entre o CNMP, o Grupo Itaú Unibanco, o Instituto Ação pela Paz e o Depen (Ouvidoria Nacional dos Serviços Penais). Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

CNJ define ações para combate à Covid-19 no sistema prisional

O monitoramento do avanço da pandemia da Covid-19 no sistema prisional brasileiro é uma das grandes preocupações dos Tribunais de Justiça de todo o país neste momento. Na última semana, as ações para combater a doença foram definidas em uma série de encontros virtuais promovidos pelo Conselho Nacional de Justiça. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Organismos da ONU destacam papel do Judiciário contra Covid-19 em prisões

O papel do Judiciário para evitar contaminações em massa do novo coronavírus no sistema prisional e no socioeducativo foi destacado por agências das Nações Unidas em uma série de reuniões virtuais promovidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na última semana. Os encontros reuniram cerca de 600 participantes, incluindo magistrados de tribunais de todo o país, para discutir ações voltadas a um posicionamento uniforme do Judiciário diante do desafio do novo coronavírus no contexto de privação de liberdade. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Recuperandos das Apacs produzirão 350 mil máscaras

Cerca de 400 recuperandos e recuperandas de 23 Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs) de Minas Gerais e do Maranhão iniciam nesta terça-feira (9/6) uma campanha coletiva. A meta é produzir 350 mil máscaras para o enfrentamento do novo coronavírus, que serão destinadas à sociedade. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

BOLETIM INFORMATIVO✉ cao.criminal@mpmt.mp.br**Judiciário vai monitorar casos de Covid-19 no sistema prisional e socioeducativo**

Os Tribunais de Justiça de todo o país vão monitorar informações relativas ao avanço do novo coronavírus no contexto de privação de liberdade. As ações foram definidas durante uma série de encontros virtuais promovidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na última semana. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

2. MATERIAL DE APOIO – COVID-19

Com o intuito de auxiliar as atividades ministeriais, informamos que encontram-se disponibilizados no nosso Banco de Peças materiais de apoio com modelos de peças, notas técnicas, estudos, cartilhas e entre outros.

Acesse o **Banco de Peças** clicando [aqui](#).

3. JURISPRUDÊNCIAS DO STF E STJ**STF****É incompatível prisão preventiva em sentença condenatória que fixa regime inicial semiaberto**

A ministra **Cármem Lúcia**, do STF, concedeu ordem de ofício a condenado por tráfico de drogas ao regime semiaberto que teve a prisão preventiva mantida na sentença. No caso, o paciente foi condenado à pena de sete anos de reclusão, no regime inicial semiaberto, e 700 dias-multa. Ao proferir a sentença condenatória e manter a prisão cautelar do paciente, o juízo de 1º grau consignou ser “imprescindível” manter a prisão do réu. Leia a notícia completa clicando [aqui](#) e a decisão na íntegra [aqui](#).

Ministro Fachin determina suspensão de operações policiais em comunidades do RJ durante pandemia

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a suspensão de operações policiais em comunidades do Rio de Janeiro durante a pandemia do novo coronavírus, salvo em casos absolutamente excepcionais, que devem ser devidamente justificadas por escrito pela autoridade competente e comunicadas ao Ministério Público estadual, órgão responsável pelo controle externo da atividade policial. De acordo com o ministro, nesses casos, deverão ser adotados cuidados para não colocar em risco ainda maior a população, a prestação de serviços públicos sanitários e o desempenho de atividades de ajuda humanitária. Leia a notícia completa clicando [aqui](#) e a decisão na íntegra [aqui](#).

1ª Turma mantém condenação de réu que simulou roubo contra empresa em que trabalhava

Por maioria de votos, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), em sessão por videoconferência nesta terça-feira (2), manteve a condenação de um homem que, em combinação com seu cunhado, forjou um roubo, do qual seria supostamente vítima, contra a empresa em que

BOLETIM INFORMATIVO

✉ cao.criminal@mpmt.mp.br

trabalhava. O Habeas Corpus (HC) 147584 foi impetrado contra decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que indeferiu pedido para desclassificar a conduta de roubo qualificado para estelionato tentado. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Turma absolve réu por haver dúvida sobre crime de estupro de vulnerável

O Código Penal não faz distinção entre acórdão condenatório inicial ou confirmatório da decisão para estabelecer a interrupção da prescrição. Por isso, o acórdão que confirma sentença condenatória interrompe o prazo prescricional, nos termos do artigo 117, inciso IV, do Código Penal. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Ministro Fachin mantém prisão preventiva de lobista condenado na Operação Lava-Jato

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou seguimento ao Habeas Corpus (HC) 180197, em que a defesa do lobista João Augusto Rezende Henriques, condenado a 15 anos e 8 meses de prisão pela prática dos crimes de corrupção passiva e lavagem de capitais no âmbito da Operação Lava-Jato, pedia a revogação da sua prisão preventiva. Ele é apontado como operador do antigo PMDB (atual MDB) no esquema criminoso envolvendo a Petrobras. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Manutenção de cautelares após absolvição é constrangimento ilegal, decide Fachin

Juizes e desembargadores não podem manter a aplicação de medidas cautelares para réu que já foi absolvido em sentença transitada em julgado, nem sob a alegação de que as medidas são convenientes para a continuidade de outros processos e investigações. Leia a notícia completa clicando [aqui](#) e o acórdão na íntegra [aqui](#).

Ministro nega revogação de prisão de acusado pela construção de prédios que desabaram na Muzema (RJ)

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou provimento ao Recurso Ordinário em Habeas Corpus (RHC) 185558, em que Rafael Gomes da Costa pedia a revogação de sua prisão preventiva. Ele é apontado como um dos responsáveis pela construção e pela venda de apartamentos de dois prédios que desabaram na comunidade da Muzema (RJ), resultando na morte de 24 pessoas. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Ministro mantém medidas cautelares impostas a filha de operador financeiro investigado na Lava-Jato

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou seguimento ao Habeas Corpus (HC) 180148, em que a defesa de Nathalie Felipe pedia a devolução de seu passaporte e a revogação da decisão judicial que a impede de deixar o país. As medidas foram impostas pelo Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba (PR), no âmbito da Operação Lava-Jato. Ela é filha de Raul Schmidt Felipe Júnior, apontado como operador financeiro que viabilizava o recebimento de vantagens indevidas por diretores da Petrobras em contas bancárias no exterior em nome de offshores. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Gilmar Mendes concede HC a acusada de homicídio que deu à luz na prisão

Ainda que o delito praticado indique a necessidade de prisão preventiva, se a ré é mãe de criança de até 12 anos, o Estado deve [priorizar](#) o bem-estar do menor e a proteção da maternidade e da infância. Com esse entendimento, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, concedeu Habeas Corpus a uma mulher acusada de roubo duplamente majorado e homicídio qualificado. Leia a notícia completa clicando [aqui](#) e o acórdão na íntegra [aqui](#).

1ª Turma autoriza extradição de sul-coreano processado por estelionato

Em sessão virtual concluída nesta sexta-feira (15), a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou a Extradição (EXT 1624) pedida pelo governo da Coreia do Sul contra Chang Ki Park, cidadão daquele país, para que responda a processo criminal pela suposta prática do crime de estelionato. Segundo o governo sul-coreano, Park, de forma reiterada, pedia dinheiro emprestado a particulares com promessa de pagamento com juros em poucos dias, mas não devolvia os valores. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

STJ

É válida prova obtida em devassa de celular com autorização do dono

É válida a prova obtida por devassa em celular de acusado no momento da prisão em flagrante, desde que mediante autorização do dono do aparelho. Com esse entendimento, a 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça negou Habeas Corpus impetrado por dois réus que acabaram condenados por tráfico de drogas. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Em revisão criminal, Terceira Seção reconhece prescrição de crime de falsidade ideológica

A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por unanimidade, reconheceu a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva no crime de falsidade ideológica imputado a um vereador acusado de colocar uma empresa em nome de “laranjas” para obter contrato com o poder público. Leia a notícia completa clicando [aqui](#) e o acórdão na íntegra [aqui](#).

Ausência de nudez não descaracteriza pornografia de vingança, diz STJ

A ausência de nudez total, por si só, não descaracteriza a pornografia de vingança. Isso porque o combate à exposição pornográfica não consentida pode envolver situações distintas e não tão óbvias, mas que geram igualmente dano à personalidade da vítima. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Acesso a laudo pericial garantido em juízo não configura nova diligência

Se a defesa vê garantido por decisão judicial um pedido pela perícia de determinado documento, seu acesso ao conteúdo é apenas uma consequência lógica do primeiro provimento. Portanto, não é possível negar a cópia do laudo sob o entendimento de que configura nova diligência, pois é mero ato inerente ao cumprimento de sua determinação. Leia a notícia completa clicando [aqui](#) e o acórdão na íntegra [aqui](#).

BOLETIM INFORMATIVO✉ cao.criminal@mpmt.mp.br**Para Sexta Turma, erro na classificação de circunstância judicial desfavorável não impede aumento da pena**

O juiz não é obrigado a mencionar pelo nome – tal como apresentadas no [artigo 59](#) do Código Penal – as circunstâncias judiciais que ele avaliou para definir a pena. Se a sentença registrar a existência de condenações anteriores sem se referir a maus antecedentes, ou se demonstrar que o dano causado pelo réu foi especialmente grave, mesmo sem falar em consequências do crime, o aumento da pena-base estará justificado. Leia a notícia completa com as teses clicando [aqui](#) e o acórdão na íntegra [aqui](#).

Negociação de drogas por telefone não sustenta denúncia por tráfico, diz STJ

A ausência total de apreensão de entorpecentes e sua comprovação por laudo técnico caracterizam situação em que a denúncia por tráfico de drogas deve ser rejeitada. A negociação das substâncias captada em interceptação telefônica, por si só, não sustenta a continuidade da ação criminal. Leia a notícia completa clicando [aqui](#) e o acórdão na íntegra [aqui](#).

Quinta Turma aplica insignificância em furto de R\$ 70, apesar do concurso de agentes

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por unanimidade, determinou o trancamento de ação penal contra duas mulheres acusadas de furtar gêneros alimentícios em um supermercado no interior de São Paulo. Para o colegiado, o fato de se tratar de furto qualificado pelo concurso de agentes não impede automaticamente a aplicação do princípio da insignificância. Leia a notícia completa clicando [aqui](#) e o acórdão na íntegra [aqui](#).

Emprego de arma branca no roubo pode ser circunstância desabonadora na primeira fase da dosimetria

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que o emprego de arma branca no crime de roubo pode servir como circunstância judicial desabonadora no cálculo da primeira fase da dosimetria da pena, em virtude da revogação do artigo 157, [parágrafo 2º](#), I, do Código Penal (CP) pela Lei 13.654/2018. Leia a notícia completa clicando [aqui](#) e o acórdão na íntegra [aqui](#).

Anulada interceptação telefônica de reitor em investigação sobre venda de vagas em curso de medicina

Por falta de fundamentação válida, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) declarou nula a decisão judicial que determinou a quebra do sigilo telefônico do reitor e proprietário da Universidade Brasil, investigado pela suposta venda de vagas do curso de medicina da instituição. Também foram anuladas todas as sucessivas prorrogações da interceptação telefônica e quaisquer outras provas decorrentes dessas medidas. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

STJ reafirma possibilidade de enquadramento do porte de arma branca como contravenção

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reafirmou a possibilidade de enquadramento do porte de arma branca como contravenção – prevista no [artigo 19](#) do Decreto-Lei 3.688/1941

BOLETIM INFORMATIVO✉ cao.criminal@mpmt.mp.br

(Lei das Contravenções Penais). Com esse entendimento, o colegiado negou recurso em habeas corpus com o qual a defesa pretendia que fosse reconhecida a atipicidade da conduta de portar uma faca, bem como a ilegalidade da condenação por esse fato. Leia a notícia completa clicando [aqui](#) e o acórdão na íntegra [aqui](#).

4. ATUAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MT**MP é contrário à soltura indiscriminada de presos em Alta Floresta**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio das Promotorias de Justiça de Alta Floresta, esclarece que é contrário à liberação em massa dos presos e que está adotando as medidas cabíveis para reverter esta situação. De acordo com a decisão proferida em Habeas Corpus coletivo interposto pela Defensoria Pública de Mato Grosso, foi determinada a soltura inicial de nove presos e a realização de testes rápidos para a Covid-19 em toda a população carcerária. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPMT implementa medidas para evitar disseminação do vírus

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio da 2ª Promotoria de Justiça Cível de Diamantino (a 208km de Cuiabá), notificou a Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp) na última sexta-feira (5) para que afaste imediatamente os servidores lotados na Cadeia Pública do Município que mantiveram contato com os policiais penais que testaram positivo para o coronavírus. Conforme a recomendação, esses servidores deverão ser submetidos ao regime de teletrabalho, até que haja um diagnóstico a respeito da possível contaminação dos mesmos. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Projeto Luz lança aplicativo em defesa das vítimas de abuso sexual

O “Projeto Luz – Nova Mutum protege as suas crianças e adolescentes” realizou nesta terça-feira (26), durante encontro promovido por videoconferência, o lançamento de um aplicativo que proporcionará agilidade no enfrentamento aos casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes. Nesse primeiro momento, a ferramenta foi disponibilizada apenas aos integrantes da rede de proteção para treinamento e eventuais ajustes. A próxima etapa será a disponibilização do acesso para toda a sociedade. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

5. ATUAÇÕES DE OUTROS MINISTÉRIOS PÚBLICOS**MPRS****Supremo acolhe, com repercussão geral, tese do MPRS que agiliza a apuração de faltas graves cometidas por presos**

Por sete votos a quatro, os ministros do Supremo Tribunal Federal, reconhecendo a repercussão geral da matéria (aplicabilidade do mesmo entendimento a todos os casos que tratem do mesmo assunto), deram provimento, em julgamento virtual na última sexta-feira, 1º de maio, ao recurso extraordinário 972598 do MPRS, fixando a tese de que pode ser afastado o prévio Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD), ou suprir sua eventual deficiência técnica, na hipótese de oitiva

do preso em audiência de justificação no juízo da execução penal, realizada na presença do Ministério Público e do defensor. Essa decisão altera entendimento em sentido contrário, que havia sido fixado, desde o final do ano 2013, pelo Superior Tribunal de Justiça em Recurso Especial nº 1.378.557/RS, com a posterior edição da Súmula 533 do STJ. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPRR

MPRR protocola pedido liminar para que o Estado disponha de equipes médicas na Cadeia Pública Masculina e Feminina

O Ministério Público do Estado de Roraima (MPRR) protocolou na tarde desta sexta-feira, 08 de maio, pedido liminar na Justiça para que o Estado disponibilize, no prazo máximo de dez dias, equipes médicas tanto na Cadeia Pública Masculina quanto na Feminina, todos os dias da semana, no período matutino. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPRO

Ministério Público de Rondônia celebra Acordo de Não Persecução Penal por meio de videoconferência

Rondônia celebrou na manhã desta quarta-feira (06/5) o primeiro Acordo de Não Persecução Penal por meio do sistema de videoconferência. O acordo foi firmado pelo Promotor de Justiça Douglas José Avanço, da 27ª Promotoria de Justiça, com investigado/indiciado pelo delito de embriaguez ao volante. A audiência virtual contou com a participação do Defensor Público Eduardo Weymar, da 18ª Defensoria. A transmissão por videoconferência foi feita por meio da Plataforma Microsoft Teams – Ferramenta do Pacote do Office Microsoft 365. A mídia com a respectiva gravação foi juntada aos autos e o feito encaminhado ao Juízo. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPDFT

MPDFT e PCDF fazem busca e apreensão contra suspeitos de ameaça a juízes e promotores

A Delegacia de Repressão a Crimes Cibernéticos - DRCC e o Núcleo Especial de Combate aos Crimes Cibernéticos (Ncyber) do MPDFT cumpriram um mandado de busca de apreensão para apuração de ameaças feitas por e-mail contra diversas autoridades públicas dos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo. A operação atende a iniciativa do Ministério Público que havia pedido, ontem mesmo, a instauração de inquérito para apuração do crime. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPRJ

MPRJ realiza operação para prender integrantes de organização criminosa que desviou R\$ 3,9 milhões dos cofres públicos em compras superfaturadas na área de saúde

BOLETIM INFORMATIVO✉ cao.criminal@mpmt.mp.br

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Grupo de Atuação Especializada no Combate à Corrupção (GAEC/MPRJ), em parceria com o Ministério Público Federal (MPF) e a Polícia Federal, e com o apoio da Coordenadoria de Segurança e Inteligência (CSI/MPRJ) e da Delegacia Fazendária da Polícia Civil (DELFAZ), realiza nesta quinta-feira (14/05) a operação “Favorito”, para cumprir cinco mandados de prisão e 25 de busca e apreensão contra uma organização criminosa que praticou o crime de peculato, ao desviar R\$ 3,95 milhões em recursos públicos da saúde. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPTO**MPTO firma acordos de não persecução penal com acusados de cometer delitos de injúria racial, denúncia caluniosa e venda de carne clandestina**

O Ministério Público do Tocantins, por meio da Promotoria de Justiça de Palmeirópolis, firmou nesta quarta-feira, 13, três acordos de não persecução penal, referentes a processos distintos. Os acordos impedem a continuidade do processo, mediante o cumprimento de exigências impostas aos acusados, desde que os delitos tenham ocorrido sem violência ou grave ameaça à pessoa e que tenham pena mínima inferior a quatro anos. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPMA**Recomendação objetiva medidas de prevenção contra Covid-19 a presos idosos**

O Ministério Público do Maranhão expediu Recomendação, no dia 8, ao diretor da Unidade Prisional de Barra do Corda, Genilson Pinto Ribeiro, para a adoção de medidas de prevenção ao novo coronavírus (Covid – 19), para a proteção de presos idosos, nos referidos estabelecimentos. O documento foi assinado pelo promotor de justiça Guaracy Martins Figueiredo. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPPR**MPPR tem confirmada pelo TJ suspensão de autorização para que 158 presos de unidades de Ponta Grossa fossem para regime domiciliar**

Por unanimidade de votos, os desembargadores da 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná julgaram procedente a medida cautelar inominada criminal ajuizada pelo Ministério Público do Paraná com o objetivo de suspender os efeitos de decisão que autorizava 158 presos, que estavam em unidades prisionais de Ponta Grossa, nos Campos Gerais, a cumprirem pena em regime domiciliar, com monitoramento eletrônico. O MPPR, por meio da 13ª Promotoria de Justiça de Ponta Grossa, já havia obtido decisão liminar favorável, confirmada agora com a sentença judicial. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPGO**Homem é preso por explorar sexualmente uma adolescente em Luziânia**

A juíza Célia Regina Lara, em plantão na comarca de Luziânia, determinou no sábado (16), a prisão de um homem que foi flagrado explorando sexualmente uma adolescente de 17 anos de idade, que estaria fazendo programa a mando do autuado. No domingo (17), a magistrada negou

o pedido de liberdade provisória solicitado pela defesa do homem e o manteve preso. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPSC

MPSC requisita inquéritos policiais para apurar bares da Capital que descumpriram medidas preventivas

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) requisitou a instauração de dois inquéritos policiais em Florianópolis para apurar o suposto descumprimento de medidas para enfrentamento à pandemia de covid-19 estabelecidas em decretos estaduais e municipais. Os alvos dos inquéritos - um bar no Centro e um *food park* em Coqueiros - foram notificados pela Vigilância Sanitária no último final de semana. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPPB

MPPB propõe representação criminal contra pastor que promoveu culto, com carreata e aglomeração, em Bayeux

O Ministério Público da Paraíba propôs uma representação criminal contra um pastor evangélico que, conforme apurou a Promotoria de Justiça de Bayeux, descumpriu medidas restritivas de contingência da pandemia de covid-19. Ele realizou culto religioso presencial itinerante, na tarde do último domingo (17/05), usando um trio elétrico, que circulou na cidade, acompanhado de carreata. Também houve registro de pedestres que acompanharam a celebração evangélica, nas vias públicas. O ato contraria o Decreto Estadual 40.242, publicado no dia anterior. O religioso foi advertido, antes da realização do evento por autoridade policial, e manteve o ato, mudando apenas a forma de realização. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPF

MPF e PF realizam prisões e buscas contra pessoas envolvidas em organização criminosa que atua na área de saúde

O Ministério Público Federal (MPF) e a Polícia Federal (PF), em conjunto com a Receita Federal (RFB), cumprem na manhã desta quinta-feira (14) cinco mandados de prisão preventiva, 42 mandados de busca e apreensão em 38 endereços e 11 intimações para prestar depoimento. A Operação Favorito é desdobramento das Operações Descontrole, Quinto do Ouro e Cadeia Velha, que investigaram crimes envolvendo Conselheiros do Tribunal de Contas e Deputados Estaduais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Covid-19: MPF e outras instituições rejeitam uso de contêineres no sistema prisional

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Departamento Penitenciário Nacional (Depen/MJSP) e o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP) receberam nesta segunda-feira (11) uma nota técnica do Ministério Público Federal (MPF) e de outras nove instituições contra a construção, em unidades prisionais, de estruturas estilo contêineres alegadamente para controlar a propagação de covid-19 na população carcerária. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

6. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MT E OUTROS TRIBUNAIS

TJMT

Judiciário destina recursos de processos criminais para o sistema penitenciário

O presidente do Poder Judiciário de Mato Grosso, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, assinou nessa quarta-feira (13 de maio), em conjunto com o Governo do Estado e Ministério Público Estadual, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que irá assegurar o maior programa de investimentos e construção de vagas no sistema penitenciário já feito no Estado. Para que esses investimentos se concretizem, serão investidos valores recuperados dos acordos de leniência firmados pelo Poder Judiciário e Ministério Público Estadual e também recursos próprios do Governo do Estado. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

PJe Criminal: Comarca de Poconé recebe o primeiro inquérito policial eletrônico

O desembargador Rui Ramos Ribeiro, presidente da Segunda Câmara Criminal, institui e regulamenta, com base na Portaria 298/2020, da Presidência do Tribunal de Justiça, o plenário virtual destinado ao julgamento dos recursos e incidentes processuais previstos no art. 22 do Regimento Interno do JMT. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

TJSP

TJ-SP diz que Judiciário não pode impor acordo de não persecução penal

O acordo de não persecução penal é bilateral e discricionário e não pode ser imposto pelo Judiciário em caso de recusa do Ministério Público. Com esse entendimento, a 3ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo negou pedido de habeas corpus que pedia a abertura de vista ao MP, para que se manifeste sobre o cabimento de um acordo. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Réu pego com três munições mas sem arma é absolvido por conduta atípica

Homem que foi pego com três munições mas sem arma de fogo foi absolvido pela 12ª câmara de Direito Criminal do TJ/SP. O colegiado considerou atipicidade material da conduta, pela aplicação do princípio da insignificância, ante ausência da potencialidade lesiva da conduta. Leia a notícia completa clicando [aqui](#) e o acórdão na íntegra [aqui](#).

TJRS

Desembargador do TJ-RS "não conhece" pedido de HC por deficiência de instrução

Advogado que impetra pedido de habeas corpus e não junta a decisão que recebeu a denúncia inviabiliza o conhecimento da medida. Afinal, sem a juntada de elementos probatórios suficientes para viabilizar a análise do pedido, o julgador não tem como decidir nem por que prosseguir com o recurso. Leia a notícia completa clicando [aqui](#) a decisão monocrática na íntegra [aqui](#) e a decisão que indeferiu a reconsideração [aqui](#).

TJPR

TJ/PR: Não é preciso ultrapassar divisa de Estado com drogas para causa de aumento em tráfico

Mulher que foi abordada em ônibus que iria de Campina Grande do Sul/PR a São Paulo/SP com 24 quilos de maconha é condenada por tráfico interestadual, apesar de não ter ultrapassado divisa estadual. Assim acordou, por unanimidade, a 5ª câmara Criminal do TJ/PR, que apesar de manter a condenação de origem, reduziu a pena de seis para dois anos de reclusão. Leia a notícia completa clicando [aqui](#) e o acórdão na íntegra [aqui](#).

TJDFT

Ex-namorado é condenado à prisão e pagamento de danos morais por perseguição na internet

Em decisão unânime, a 3ª Turma Criminal do TJDFT manteve condenação de um homem por perturbação da tranquilidade de ex-namorada, por meio de perseguição cibernética nas redes sociais, conhecida como *stalking*, o que lhe causou o abalo emocional. O indivíduo foi condenado a 26 dias de prisão, em regime semiaberto, e ao pagamento de R\$ 300, por danos morais. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

TJCE

TJ-CE deve cumprir normas sobre audiência de custódia, determina CNJ

As recomendações do Conselho Nacional de Justiça durante a epidemia do coronavírus buscam assegurar os direitos fundamentais das pessoas presas. Por esse motivo, tribunais estaduais devem incorporar às suas rotinas processuais e não podem deixar de cumprir alguma diretriz fixada. Leia a notícia completa clicando [aqui](#) e o acórdão na íntegra [aqui](#).

TJSC

Casa da Revista de Campos Novos é construída com recursos oriundos de transação penal

Está concluída a construção da Casa da Revista da Unidade Prisional Avançada (UPA) de Campos Novos. Para a edificação do prédio, a Justiça local destinou R\$ 104,9 mil, decorrentes de transação penal e penas restritivas de direitos. Na mesma decisão, de fevereiro deste ano, o juiz Eduardo Bonnassis Burg também deferiu o pedido de R\$ 24 mil para instalação de nova cobertura da área de banho de sol. A construção durou cerca de dois meses. O trabalho contou com a mão de obra de seis detentos. Além dos apenados da UPA de Campos Novos, outros três foram cedidos pela Penitenciária de Curitiba, que remunerou todos eles. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

TJBA

Citação e intimação de réu preso são realizadas por meio de videochamada pelo PJBA

BOLETIM INFORMATIVO✉ cao.criminal@mpmt.mp.br

Começou a funcionar, nesta segunda-feira (08), o plantão por meio de videochamada da Central de Cumprimentos de Mandados (CCM) do Poder Judiciário da Bahia (PJBA) para citação e intimação de réu preso, com objetivo de atender aos réus que estão em uma das unidades do Complexo Penitenciário de Salvador. A medida visa garantir a prestação jurisdicional da CCM enquanto durar o regime de teletrabalho no PJBA, instituído por conta da pandemia do novo coronavírus. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

TJMG**Apac Feminina de BH recebe primeiras recuperandas**

Cerca de 30 detentas já trocaram penitenciárias e Apacs de algumas cidades mineiras pelas vagas de recuperandas do Centro de Reintegração Social Desembargador Joaquim Alves de Andrade, a Apac Feminina de Belo Horizonte, localizada no Bairro Gameleira, na região Oeste. O plano de ocupação inicial foi elaborado segundo a metodologia da Apac-BH e as diretrizes da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC) e começou a ser executado há cerca de um mês sob a supervisão da Vara de Execuções Penais de Belo Horizonte (VEP-BH). Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

TJAM**Com foco nas medidas adotadas para evitar a propagação do Covid-19 em detentos, TJAM inspeciona todas as unidades prisionais da capital**

O juiz da Vara de Execução Penal (VEP) e atual corregedor dos presídios da capital, Glen Hudson Paulain Machado, concluiu nesta semana a programação de inspeções e visitas técnicas realizadas nas unidades prisionais de Manaus. Durante a semana foram inspecionados o Centro de Detenção Provisória Feminina (CDPMF); o Instituto Penal Antônio Trindade (Ipat); o Centro de Recebimento e Triagem; a Enfermaria Psiquiátrica; o Centro de Detenção Provisória Masculino 1 (CDPM1); o Centro de Detenção Provisória Masculino 2 (CDPM2); o Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj); a Penitenciária Feminina de Manaus e a Unidade Prisional do Puraquequara (UPP). Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

7. CONSELHOS NACIONAIS**CNMP****CNMP publica edital para apresentação de ações e projetos nas áreas do sistema prisional, da segurança pública e do controle externo da atividade policial**

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) lançou nessa segunda-feira, 8 de junho, edital para seleção de ações e projetos desenvolvidos no Ministério Público brasileiro, referentes às temáticas que envolvem o sistema prisional, a segurança pública e o controle externo da atividade policial. De acordo com o Edital CSP/CNMP nº 3/2020, a Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP/CNMP) disponibilizará, no portal do Conselho, o Banco de Boas Práticas, para registro e divulgação de ações e projetos inovadores, criativos e com resultados comprovados levados a termo por membros e servidores do Ministério Público nas três áreas temáticas em que a Comissão atua. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

[Clique aqui para ver o edital na íntegra e conhecer todos os detalhes do chamamento.](#)

CNMP participa de reunião sobre iniciativa que distribuiu quase três milhões de máscaras doadas ao sistema prisional

Nesta terça-feira, 16 de junho, foi realizada, de forma virtual, uma reunião para apresentar o balanço da ação do [Todos pela Saúde](#) de doar e distribuir quase três milhões de máscaras de pano para o sistema prisional brasileiro. O mediador do encontro foi o membro auxiliar da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do Conselho Nacional do Ministério Público (CSP/CNMP) Antonio Suxberger. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

[Clique aqui para ver a apresentação completa sobre a distribuição das máscaras e o cenário da Covid-19 no sistema prisional brasileiro.](#)

CNJ

Iniciativa mobiliza comunidade para atender filhos de presas

O projeto de articulação entre a Justiça e os diversos órgãos públicos municipais e estaduais para aproximar crianças de suas mães presas ficou em primeiro lugar na categoria “Sistema de Justiça” da chamada pública aberta pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para premiar boas práticas de atenção a crianças na primeira infância. O projeto Amparando Filhos – Transformando Realidades com a Comunidade Solidária, do Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO), foi lançado em outubro de 2015 e, ao longo dos últimos anos, seu alcance foi ampliado até chegar a, pelo menos, 500 crianças em Goiás e em mais sete estados: Maranhão, Acre, Alagoas, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Piauí e Pará. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

CNJ votará resolução sobre direitos de pessoas LGBTI presas

Para marcar o Dia Internacional de Luta contra a LGBTfobia, comemorado em 17 de maio, o Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) votará proposta de resolução que estabelece diretrizes e procedimentos que o Poder Judiciário deverá observar, no âmbito criminal, para reduzir a vulnerabilidade de pessoas LGBTI. Elaborada tendo como princípio a dignidade humana, a resolução estabelece parâmetros para o tratamento da população lésbica, gay, bissexual, transexual e travesti que se encontre custodiada, acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Procedimentos das audiências de custódia devem ser cumpridos integralmente

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou ao Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) que cumpra integralmente a [Resolução 213/2015](#) e a [Recomendação 62/2020](#), que trata sobre os procedimentos para realização das audiências de custódias dos presos em flagrante. “O TJCE não é obrigado a cumprir a recomendação. Mas se optar por fazê-lo, não poderá ser de forma parcial”, afirmou o conselheiro Mario Augusto Guerreiro. Ele foi o relator do Pedido de Providências 0003065-32.2020.2.00.0000, aprovado por unanimidade nesta quarta-feira (20/5) durante a [13ª Sessão Virtual Extraordinária do CNJ](#). Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

8. INFORMATIVO STJ

INFORMATIVO 670

DIREITO PENAL

Tema: Prescrição da pretensão executória. Início da contagem do prazo. Impossibilidade. Cumprimento de pena decorrente de condenação imposta em outro processo. Inteligência do artigo 116 do Código Penal.

O cumprimento de pena imposta em outro processo, ainda que em regime aberto ou em prisão domiciliar, impede o curso da prescrição executória.

Tema: Livramento condicional. Descumprimento das condições. Requisito subjetivo. Concessão de indulto. Não impedimento.

O descumprimento das condições impostas para o livramento condicional não pode ser invocado para impedir a concessão do indulto, a título de não preenchimento do requisito subjetivo.

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#).

INFORMATIVO 671

DIREITO PENAL

Tema: Multa. Natureza de sanção penal. Extinção da punibilidade. Pagamento. Necessidade. Adequação ao entendimento do STF. ADI n. 3.150/DF.

Em adequação ao entendimento do Supremo Tribunal Federal, o inadimplemento da pena de multa obsta a extinção da punibilidade do apenado.

Tema: Tráfico de drogas. Dependências ou imediações de igrejas. Causa de aumento de pena. Art. 40, III, da Lei n. 11.343/2006. Não incidência.

Não incide a causa de aumento de pena prevista no inciso III do art. 40 da Lei n. 11.343/2006 em caso de tráfico de drogas cometido nas dependências ou nas imediações de igreja.

Tema: Posse de arma de fogo de uso permitido. Registro vencido. Irregularidade administrativa. Porte ilegal de arma de fogo. Porte ilegal de arma de fogo de uso restrito. Tipicidade. Inaplicabilidade do entendimento firmado no julgamento da Ação Penal n. 686/AP.

Caracteriza ilícito penal o porte ilegal de arma de fogo (art. 14 da Lei n. 10.826/2003) ou de arma de fogo de uso restrito (art. 16 da Lei n. 10.826/2003) com registro de cautela vencido.

Tema: Recursos Repetitivos - Afetação

A Terceira Seção acolheu a proposta de afetação do recurso especial ao rito dos recursos repetitivos, a fim de uniformizar o entendimento a respeito da seguinte controvérsia: "Para ensejar a aplicação de causa de aumento de pena prevista no art. 40, VI, da Lei n. 11.343/2006 ou a condenação pela prática do crime previsto no art. 244-B da Lei n. 8.069/1990, a qualificação do menor, constante do boletim de ocorrência, deve trazer dados indicativos de consulta a documento hábil - como o número do documento de identidade, do CPF ou de outro registro formal, tal como a certidão de nascimento".

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#).

9. ARTIGOS**A extensão da hediondez no crime de extorsão após o pacote anticrime**

A Lei 13.964/19, que ficou conhecida como *Pacote Anticrime*, alterou diversos dispositivos da legislação criminal. Nessa toada, referimos que diversos dispositivos do Código Penal, do Código de Processo Penal e várias outras leis foram alterados, revogados ou acrescentados. Leia o artigo completo clicando [aqui](#).

Autor: William Garcez

Pacote Anticrime traz mais segurança jurídica para a fase de tratativas do acordo de colaboração premiada

A Lei 13.964/19 foi concebida com a pretensão de criar mecanismos jurídicos de enfrentamento ao crime, especialmente à criminalidade organizada. Não por acaso, a Lei 12.850/13, que trata das organizações criminosas, foi um dos principais focos do legislador, sendo certo que a colaboração premiada, técnica investigativa que ganhou fama durante a denominada "Operação Lava-Jato", sofreu significativas alterações, especialmente na sua fase preliminar de tratativas. Leia o artigo completo clicando [aqui](#).

Autor: Francisco Sannini

Fraude no pagamento por cartão: estelionato ou furto qualificado?

Segundo notícia publicada no site do PROCON de São Paulo, a instituição tem recebido reclamações de consumidores que, ao utilizar aplicativos para adquirir alimentos com entrega em domicílio, foram vítimas de golpes aplicados pelos entregadores. No momento da entrega dos pedidos, os entregadores informavam sobre a necessidade de um pagamento adicional, feito por meio de cartão em máquinas com visor avariado, o que impossibilitava a conferência do valor debitado. O adicional cobrado era indevido, apenas parte de um ardil que se completava com a máquina viciada para que a vítima não pudesse constatar no mesmo momento o valor da transação. Com isso, houve prejuízos que variaram entre R\$ 1.000,00 e R\$ 5.000,00. Leia o artigo completo clicando [aqui](#).

Autor: Rogério Sanches Cunha



MPMT
Ministério Público
do Estado de Mato Grosso

Centro de Apoio Operacional
Criminal e da Execução Penal

BOLETIM

INFORMATIVO

✉ cao.criminal@mpmt.mp.br

Boletim Informativo CAOCRIM – Equipe Técnica:

Dra. Josane Fátima de Carvalho Guariente – Coordenadora do Centro de Apoio Operacional Criminal e da Execução Penal

Camila Alessandra Pinheiro Salles Takase – Assistente Ministerial – Centro de Apoio Operacional Criminal e da Execução Penal

Natacha de Souza Ayesh – Auxiliar Ministerial – Centro de Apoio Operacional Criminal e da Execução Penal